



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE  
– PERÍODO 1991/1995 –

Aos dias 25 e 26 de abril de 1991, no Auditório Emilio Ribas, do Ministério da Saúde, em Brasília, realizou-se a primeira reunião do Conselho Nacional de Saúde, da gestão do período de 1991/1995, onde se deu a posse oficial dos novos Conselheiros, nomeados pelo Decreto de 28 de março de 1991, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. A mesa coordenadora da solenidade da abertura da reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor **ALCENI GUERRA** e composta por Doutor **RICARDO AKEL**, Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; Doutor **AUGUSTO VIVEIROS DE CASTRO**, Secretário de Administração Geral do Ministério da Saúde; Doutor **JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA**, Chefe de Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde e Secretário do Conselho Nacional de Saúde e por Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**, Secretário Substituto do Conselho Nacional de Saúde. Procedeu-se a assinatura do Livro de Posse pelos Conselheiros presentes. Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor **ALCENI GUERRA**, saudando os novos Conselheiros e instalando o novo Conselho Nacional de Saúde. Após o pronunciamento, por ter que se ausentar pelos compromissos de seu Gabinete, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde passa a Coordenação dos trabalhos a seu substituto legal, Doutor **JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA**, Secretário do Conselho Nacional de Saúde. Informações gerais sobre a reunião são passadas aos Conselheiros pelo Secretário do Conselho Nacional de Saúde. São distribuídas pastas aos Conselheiros com a pauta da reunião e material de trabalho. É feita verificação do quorum e constata-se a presença de 23 (vinte e três) Conselheiros, havendo, portanto número mínimo legal de presentes para a Reunião. São apresentadas as justificativas de ausência dos Conselheiros **FLORA LYS SPOLIDORO**, por motivo de doença; **ULPIO PAULO DE MIRANDA**, por estar presidindo outro evento na mesma data; e **WALTER NEY DE ALMEIDA**, por estar participando de outro evento em Belém do Pará. É comunicado a substituição de dois Conselheiros: O Ministério do Trabalho e Previdência Social substitui o Conselheiro, nomeado, **DORIVAL BARREIROS**, por outro representantes **JOSÉ OLÍMPIO F. AZEVEDO**. A CONAM substitui **MARY FRANCIS APARECIDA ÁVILA** por **CARLOS REINALDO**. Na ausência do titular, nesse primeiro dia de reunião, a CONTAG envia representante como observador. É informado pelo Senhor Secretário do Conselho que será providenciado novo Decreto presidencial com as substituições dos nomes apresentados, a ser publicado no Diário Oficial da União. Informa-se também que só terão direito a voto os Conselheiros já nomeados. Por proposta do Conselheiro **IVO FORTES DOS SANTOS**, os Conselheiros se apresentam publicamente no Plenário do Conselho Nacional de Saúde. É apresentado o primeiro ponto da Pauta, o Anteprojeto do Regimento Interno do Conselho Nacional de Saúde, documento distribuído aos Conselheiros. Vários Conselheiros se pronunciam afirmando não haver condições de discussão do Anteprojeto do Regimento Interno, na medida que o mesmo não foi distribuído com antecedência para estudos e análise dos Conselheiros. São apresentadas duas propostas pelos Conselheiros: **1ª proposta** – uma Comissão relatora estuda o Anteprojeto, recebe emendas e sugestões dos outros Conselheiros e elabora uma segunda versão do documento para ser apresentada na 2ª Reunião do Conselho Nacional de Saúde. **2ª proposta** – cada Conselheiro traz emendas e propostas de modificações para a 2ª Reunião e apresenta no Plenário para discussão, escolhe-se comissão relatora que fará versão final para ser apresentada na 3ª Reunião do Conselho Nacional de Saúde. O Senhor Secretário do Conselho, após abrir espaço de tempo para apresentação e defesa das propostas, coloca-as em votação. Vence por ampla maioria a primeira proposta. Propõe-se que a Comissão relatora seja composta de três Conselheiros e que tenha a data de até 21 de maio próximo para receber proposta de emendas e modificações dos Conselheiros. Essas propostas devem ser enviadas à Secretaria Técnica do Conselho Nacional de Saúde. Aprovado por consenso. O Conselheiro **IVO FORTES DOS SANTOS** (CONAM) propõe o nome do Conselheiro **ELÍSIO NUNES RIBEIRO** para a comissão relatora. O Conselheiro **JOSÉ DA SILVA GUEDES** (SBPC) propõe o Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA**. O Conselheiro **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS** (CONASEMS) apóia as duas indicações anteriores e propõe o Secretário Substituto do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**, para completar a comissão. Posto em votação,

os três nomes são aprovados. Passa-se ao 2º ponto da pauta, o “**Plano Quinquenal – Diretrizes e Prioridades**”. É feita a distribuição da publicação oficial do Ministério da Saúde contendo o Plano Quinquenal em sua versão integral, na medida em que na distribuição prévia do material, só foi enviado uma parte do documento, que continha as “**diretrizes e prioridades**” segundo as informações fornecidas pelo Secretário Substituto do Conselho Nacional de Saúde, entendendo-se que esse seria o primeiro passo da discussão. Vários Conselheiros falam que não há condições de discussão do documento, que só poderá ser feita após o conhecimento integral de seu texto. O Conselheiro **CLÁUDIO JOSÉ ALLGAYER** propõe que o documento seja apresentado e definido por técnicos do Ministério da Saúde na próxima Reunião do Conselho Nacional de Saúde e que os Conselheiros o analisem para essa 2ª Reunião. Conselheira **ESTELA MARIA BARROS**, apoiada pelo Conselheiro **IVO FORTES DOS SANTOS**, propõe comissão relatora do Conselho Nacional de Saúde para apresentar parecer na próxima reunião, com subsídios enviados pelas instituições e entidades a quem os Conselheiros representam. Vários Conselheiros se pronunciam sobre a complexidade do Plano Quinquenal, das dúvidas e explicações necessárias, o papel do Conselho Nacional de Saúde em relação ao Plano Quinquenal e a necessidade de um processo de discussão mais amplo e demorado. O Senhor Secretário do Conselho Nacional de Saúde explica que o Ministério da Saúde, ou seja, o Poder Executivo, não podia esperar até a reformulação e constituição do Conselho Nacional de Saúde para poder agir. Houve a necessidade de se fazer um plano de Governo, que é, no caso do Ministério da Saúde, o Plano Quinquenal, que está agora sendo apresentado ao Conselho para debate, esclarecimento, emendas e alterações e aperfeiçoamentos. O Conselheiro **JOCÉLIO HENRIQUE DRUMMOND** propõe que o Plano Quinquenal seja debatido num processo exaustivo e que seja tema de várias Reuniões do Conselho. Indica o nome do Conselheiro **JOSÉ DA SILVA GUEDES** para relator, que dará um parecer sobre o documento até a próxima Reunião. Vários Conselheiros querem que o Plano Quinquenal seja analisado mais demoradamente, inclusive pelas entidades e instituições a que estão ligados. Conselheiro **IVO ARZUA PEREIRA** propõe que em vez de um relator, cada entidade ou instituição estude e analise o documento e traga sugestões na próxima Reunião. Pronunciam-se os Conselheiros **MOZART DE ABREU E LIMA**, **IVO ARZUA**, **HARRY V. GRAEEFF**, **NELSON SEIXAS**, **ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JONIOR**, **RUI BRASIL CAVALCANTI**, **CARLOS REINALDO**, **JORGE SAMPAIO DE MARSILLAC MOTTA**, **JOSÉ DA SILVA GUEDES**, **PAULO SÉRGIO BARROS BARBANTI**, **ZILDA ARNS NEUMANN**, **CLÁUDIO J. ALLGAYER**, **JOSÉ B. PENICHE**, **JOCÉLIO DRUMMOND**, **FRANCISCO AUGUSTO V. MUNES**, discutindo aspecto diversos do Plano Quinquenal. São levantadas as seguintes questões de ordem: **a)** limitação do tempo de intervenção dos oradores devido à pauta extensa (por Doutor **JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA** e Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**); **b)** encaminhamento das propostas em discussão para votação (Conselheiro **JOSÉ DA SILVA GUEDES**). Definiu-se os horários de funcionamento do Plenário Dia 25/04/91 – até 19:00 horas e Dia 26/04/91 – de 08:00 às 12:00 horas. O Senhor Secretário do Conselho Nacional de Saúde propõe que depois dessa exaustiva discussão, quando quase todos Conselheiros presentes se pronunciaram sobre o Plano Quinquenal, que se faça à especificação e defesa das propostas de encaminhamento de discussão do documento em pauta. (Constata-se que existem duas propostas em discussão: 1ª) Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA** defende a formula a proposta inicial do Conselheiro **JOCÉLIO DRUMMOND** que exista um Relator que dê um parecer sobre o documento do Plano Quinquenal na próxima Reunião. 2ª) Conselheiro **IVO ARZUA** propõe que todos Conselheiros sejam relatores e que na próxima reunião, as diversas análises sejam trazidas. O Senhor Secretário do Conselho põe em votação as duas propostas. O resultado da votação é o seguinte: **1ª proposta** – 6 votos; **2ª proposta** – 13 votos; **abstenção** – 02 votos; **total** – 21 votos. Vários Conselheiros consideram confuso o processo de votação e solicitam verificação de voto. O Senhor Secretário do Conselho Nacional de Saúde, para que o processo fique mais claro, propõe que um Conselheiro defenda cada proposta e depois seja feita a votação. Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA** defende a primeira proposta. Conselheiro **IVO ARZUA** defende a segunda proposta. As propostas são colocadas em votação, com o seguinte resultado: **1ª proposta** – 06 votos; **2ª proposta** – 10 votos; **abstenção** – 04 votos; **total** – 20 votos. Considerada aprovada a **2ª proposta** que consiste no seguinte: Todos Conselheiros discutirão com suas entidades e instituições e trarão os seus relatórios, que serão apresentados em 30 (trinta) dias, na próxima Reunião do Conselho Nacional de Saúde. O Plenário escolherá então uma comissão para consolidar os 30 (trinta) relatórios e na terceira Reunião esse consolidado será apresentado, discutido e votado. Os Conselheiros **CLÁUDIO ALLGAYER**, **HARRY GRAEEFF** e **PAULO SÉRGIO BARBANTI** solicitam esclarecimentos por parte do Ministério da Saúde sobre o Plano Quinquenal e sobre os recursos financeiros para o mesmo. O Senhor Secretário do Conselho Nacional de Saúde afirma que na próxima reunião, segundo decisão do Plenário, dirigentes e técnicos do Ministério da Saúde comparecerão ao Conselho para dar explicações e esclarecimentos. Inicia-se a discussão do **Tema 03** que, trata da criação das Comissões Permanentes

do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS** propõe a criação de uma Comissão Permanente (CP), composta do MS, CONAM e CONASEMS, com a função de articulação interinstitucional dos gestores governamentais para implantação, gerenciamento e operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive nos aspectos financeiros. O Secretário Substituto do Conselho, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**, lê os trechos da **Lei nº 8.080/90** e do **Decreto nº 99.438/90** que prevêm a criação de 6 (seis) Comissões Permanentes e explica que além dessas 6 (seis) Comissões Permanentes, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde pode propor outras novas Comissões. O Conselheiro **RUI BRASIL CAVALCANTI** afirma que o Plenário não pode definir as Comissões Permanentes antes de discutir e aprovar o Regimento Interno do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **CLÁUDIO ALLGAYER** afirma, analisando o Decreto que reorganiza o Conselho Nacional de Saúde, que criação de Comissões Permanentes é facultativo, podendo ou não serem criadas pelo Conselho. O Conselheiro **JOSÉ GUEDES DA SILVA** diz que o antigo Conselho Nacional de Saúde tinha Câmaras Técnicas e pergunta se essas Câmaras Técnicas são semelhantes às Comissões Permanentes. O Senhor Secretário do Conselho Nacional de Saúde informa que não, que as Comissões Permanentes tem caráter diferente das antigas Câmaras Técnicas. O Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA** explicita que a criação das Comissões Permanentes não é facultativo, mas obrigatório ao Conselho Nacional de Saúde, segundo a Lei Orgânica da Saúde. Essa lei define seis áreas em especial para as Comissões Permanentes que serão criadas pelo Conselho. O Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde cria as Comissões Permanentes e as subordina ao Conselho Nacional de Saúde. As outras Comissões, que não compreendem as seis áreas prioritárias definidas na Lei Orgânica de Saúde no **Decreto nº 99.438/90**, essas, sim, poderão ser criadas pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Propõe, então, que o Plenário recomende ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde a criação das 6 (seis) Comissões Permanentes e que o Conselho discuta se há outras Comissões que gostaria de criar. O Conselheiro **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS** aceita que a Comissão de articulação do Sistema Único de Saúde não seja uma Comissão Permanente, mas uma Comissão Especial criada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde. O Conselheiro **FRANCISCO UBIATAN DELLAPE** apóia o Conselheiro **RUI BRASIL CAVALCANTI**, na opinião de que não se pode criar comissões sem antes aprovar o Regimento Interno. O representante do CONASS, **MAURO GOULART**, ressalta a importância da criação de uma comissão para acompanhamento do Sistema Único de Saúde, na medida em que o processo de implantação do mesmo já está ocorrendo e é necessário que as três instâncias de poder – União, Estados e Municípios – se articulem para conduzir o processo. A Conselheira **ZILDA ARNS NEUMANN** apóia a proposta do CONASS e CONASEMS. O Conselheiro **C. ALLGAYER** acha importante a comissão para acompanhamento do Sistema Único de Saúde, mas discorda que ela seja composta apenas dos gestores governamentais. Propõe a inclusão dos Prestadores Privados de Serviços de Saúde na comissão e também de Representantes da Sociedade Civil. Os Conselheiros **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS** e **JOSÉ DA SILVA GUEDES** defendem a criação da comissão de articulação e acompanhamento do Sistema Único de Saúde com os três gestores governamentais. O Conselheiro **IVO ARZUA** contesta os argumentos apresentados em razão da composição proposta dessa comissão. A Conselheira **STELA M. PEREIRA BARROS** pede esclarecimento sobre as atuais Câmaras Técnicas de Atuação Profissional, criadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde. O Conselheiro **ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR** explica e história o surgimento das Câmaras Técnicas no âmbito do Ministério da Saúde. O Senhor Secretário do Conselho Nacional de Saúde explica que essas Câmaras Técnicas de Atuação Profissional foram criadas enquanto o Conselho Nacional de Saúde não estava funcionando, para iniciar um processo de discussão nessa área com o Ministério da Saúde. Atualmente essas Câmaras Técnicas estão ligadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde e que o assunto voltará a ser debatido pelo Conselho Nacional de Saúde. É levantada questão de ordem sobre o horário de encerramento da Reunião e como já eram 19:00 horas, horário previsto para término dos trabalhos do 1º (primeiro) dia, o Senhor Secretário do Conselho Nacional da Saúde encerra a Reunião e convoca sua continuidade para o dia seguinte, a partir das 08:00 horas, no mesmo local. Às 08:45 horas do dia 26/04/91, no Auditório Emilio Ribas, do Ministério da Saúde, deu-se continuidade a Reunião do Conselho Nacional de Saúde. Na abertura dos trabalhos, o Secretário Substituto do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**, substituindo o Doutor **JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA**, Secretário do Conselho, deu explicações sobre questões gerais de organização dos trabalhos. Verificada a existência do quorum mínimo e com a presença de 24 (vinte e quatro) Conselheiros a Reunião tem início. O Senhor Secretário Substituto propõe a retomada da pauta no **Tema 03**, sobre Comissões Permanentes. E explica que enquanto não se tem Regimento Interno, o Conselho é balizado e orientado pelas **Leis nºs 8.080/90, 8.142/90** e pelo **Decreto nº 99.438/90**. O Conselheiro **IVO ARZUA** defende a posição que o Conselho Nacional de Saúde não pode ter resoluções antes de aprovar o Regimento Interno (RI), porque essas resoluções não teriam legitimidade. Propõe que espere-se até a aprovação do Regimento

Interno. O Conselheiro **CLÁUDIO ALLGAYER** concorda com essa posição e propõe que as resoluções sejam deixadas para próxima Reunião, quando o Regimento Interno estiver aprovado. Os Conselheiros **JOCÉLIO DRUMMOND** e **IVAN DE MOURA FÉ** defendem a posição que as **Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90** e o Decreto nº **99.439/90** já definem as funções do Conselho e o Regimento Interno virá complementá-las. O Conselho pode atuar e decidir antes do Regimento Interno. O Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA** propõe se retornar a pauta e discutir-se as Comissões Permanentes. O Conselheiro **JOSÉ DA SILVA GUEDES** levanta uma questão de ordem e propõe que o Plenário decida que enquanto não se tem Regimento Interno, o Conselho Nacional de Saúde funcione balizado pelo **Decreto nº 99.438/90**. Vários Conselheiros se pronunciam sobre a questão, a favor e contra, em relação se o Conselho pode ou não decidir antes de ter o Regimento Interno. É colocada em discussão a questão, se o Conselho Nacional de Saúde pode ou não ter resolução antes de ter o seu Regimento Interno aprovado. Se pronunciam sobre a questão, os Conselheiros **IVO ARZUA**, **HARRY GRAEFF**, **PAULO BARBANTI**, **CLÁUDIO ALLGAYER**, **MOZART DE ABREU E LIMA**, **ALOISIO CARNEIRO**, **F. DELLAPE**, **ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR**, **JOCÉLIO DRUMMOND**, **IVO FORTES DOS SANTOS**, **IVAN DE MOURA FÉ**, **JOSÉ DA SILVA GUEDES**. O Secretário Substituto do Conselho propõe processo de votação. As duas posições serão defendidas por um Conselheiro, cada uma. Explicitam-se as duas propostas: **1ª proposta** – defendida pelo Conselheiro **FRANCISCO UBIRATAN DELLAPE**, com aparte de apoio ao Consultor **CLÁUDIO ALLGAYER**. O Conselho Nacional de Saúde só poderá ter resoluções após definido e aprovado o seu Regimento Interno. **2ª proposta** – defendida pelo Conselheiro **ALOISIO CARNEIRO**, o Conselho Nacional de Saúde poderá ter resoluções antes de aprovado o seu Regimento Interno, seguindo-se pelas **Leis nºs 8.080/90, 8.142/90 e Decreto nº 99.438/90**. Realizada a votação, que teve o seguinte resultado: **1ª proposta** – 05 votos, **2ª proposta** – 17 votos, **total** – 22 votos. Os Conselheiros **IVO ARZUA** e **CLÁUDIO ALLGAYER** apresentam, por escrito, declaração de voto contrário, para registro em Ata do Conselho Nacional de Saúde. O Secretário Substituto propõe a retomada da pauta e a discussão das Comissões Permanentes (CP). Resume a proposta, já apresentada pelo Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA** que seja recomendado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde a criação das Comissões Permanentes nas seis áreas prioritárias definidas no **Decreto nº 99.438/90** e vinculação ao Conselho Nacional de Saúde. Acrescenta a proposta do Conselheiro **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS** sobre a criação da comissão específica para acompanhamento do Sistema Único de Saúde. As propostas contra a Criação de Comissões são consideradas prejudicadas pela votação anterior. Vários Conselheiros se pronunciam sobre a questão. A Conselheira **ZILDA ARNS NEUMANN** defende a criação mais rápida possível das Comissões Permanentes e apóia a comissão de acompanhamento do Sistema Único de Saúde. O Conselheiro **FRANCISCO NUNES** pede que seja garantido à participação das entidades representadas no Conselho Nacional de Saúde nas comissões. O Conselheiro **RUI B. CAVALCANTI** discorda quanto à proposta do CONASEMS em relação à comissão de acompanhamento do Sistema Único de Saúde, porque ela se restringe a apenas os setores governamentais. Os Conselheiros **MOZART DE ABREU E LIMA** e **ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR** defendem a formação das Comissões Permanentes, por indicação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde e encaminhamento ao Plenário do Conselho para que este delibere sobre as mesmas. O Secretário Substituto do Conselho propõe dividir a questão em duas partes. Em primeiro, delibera-se sobre a proposta do Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA**, sobre as Comissões Permanentes. Em segundo, sobre a proposta do Conselheiro **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS**, sobre a comissão para o Sistema Único de Saúde. Coloca-se em votação a proposta defendida pelo Conselheiro **MOZART DE ABREU E LIMA**, que seja recomendado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde crie as Comissões Permanentes nas seis áreas prioritárias para aprovação do Plenário. Aprovado por consenso. Os Conselheiros **CLÁUDIO ALLGAYER** e **STELA BARROS** propõem que se recomende ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde que apresente a proposta das Câmaras Técnicas de Atuação Profissional ao Conselho Nacional de Saúde. Aprovada também por consenso. A Conselheira **ZILDA ARNS NEUMANN** informa do interesse da CNBB em participar das Comissões Permanentes nas áreas de Nutrição e Alimentação e Ciência e Tecnologia. O Secretário Substituto do Conselho informa que as entidades e instituições representadas no Conselho Nacional de Saúde enviem por escrito, à Secretaria Técnica do Conselho, seus interesses em participar da Comissão Permanente. A Conselheira **STELA BARROS** ressalta que o Plenário deve discutir a composição das Comissões Permanentes na próxima reunião. Coloca-se em discussão a proposta da comissão para o Sistema Único de Saúde apresentada pelo CONASS/CONASEMS. O Conselheiro **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS** defende a criação de uma comissão intersetorial composta dos gestores governamentais do Sistema Único de Saúde / União, Estados e Municípios para implantar, operacionalizar e acompanhar o Sistema Único de Saúde unificando as propostas das três esferas de Governo. O Conselheiro **RUI B. CAVALCANTI** apóia a comissão, mas defende sua ampliação. Que ela não seja composta apenas dos três níveis de Governo.

O Conselheiro **F. DELLAPE** apóia essa posição e propõe que esta comissão tenha outros setores não governamentais. O Conselheiro **CLÁUDIO ALLGAYER** também apóia essas posições. A Conselheira **ZILDA ARNS NEUMANN** considera que os gestores são governamentais e que devem se estruturar nessa comissão para se acertarem e apresentarem propostas ao Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **IVO FORTES DOS SANTOS** apóia a proposta do CONASEMS, mas ressalta sua preocupação com a participação da sociedade civil. O Conselheiro **IVAN DE MOURA FÉ** apóia a proposta do CONASEMS. O Conselheiro **PAULO BARBANTI** quer ampliar a comissão para os setores não governamentais. O Conselheiro **JOSÉ DA SILVA GUEDES** reformula a proposta e propõe que o Conselho Nacional de Saúde recomende ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde que crie uma comissão de articulação do Sistema Único de Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, e que esta comissão preste contas ao Conselho Nacional de Saúde. O CONASS e CONASEMS apóiam proposta do Conselheiro **JOSÉ DA SILVA GUEDES**. Define-se que os objetivos da comissão serão o de elaborar propostas para implantação e operacionalização do Sistema Único de Saúde, de acordo com as **Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90**, incluindo os aspectos de gerenciamento e financiamento. É aprovado por consenso que se recomende ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde a criação dessa comissão, ligada ao Ministro, e que a mesma apresente relatórios periódicos ao Conselho Nacional de Saúde. O Secretário Substituto esclarece a vários Conselheiros que as Comissões Permanentes e outras comissões criadas no âmbito do Conselho não tem poder deliberativo. A Comissão não substitui o Conselho Nacional de Saúde. A comissão propõe e faz pareceres e o Plenário decide. O Secretário Substituto informa a presença do Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Doutor **BALDUR OSCAR SCHUBERT**, que a pedido do CONAM e apoiado por vários Conselheiros, veio apresentar a situação do combate à cólera no Brasil. Conferência do Doutor **BALDUR OSCAR SCHUBERT** sobre o problema da cólera no Brasil e o programa do Ministério da Saúde para combatê-la. Após a conferência, vários Conselheiros debatem o tema. Aprovada proposta do Conselheiro **IVO ARZUA** que o Conselho Nacional de Saúde parabeniza o Ministério da Saúde pela forma e conduta no combate à cólera, cujo texto se encontra em anexo a essa Ata e faz parte dela. O Secretário Substituto do Conselho Nacional de Saúde propõe a continuidade da reunião. Devido ao adiantado da hora, propõe que se discuta o cronograma de reuniões e a pauta da próxima reunião. A maioria dos Conselheiros opta por reuniões nas quartas e quintas-feiras da última semana de cada mês e que as reuniões tenham duração de dois dias. As reuniões devem começar às 14:00 horas da quarta-feira até às 18:00 horas do mesmo dia. No segundo dia, a reunião será de 09:00 horas às 17:00 horas, com intervalo para o almoço. No mês de dezembro, a reunião do Conselho será realizada dias 11 e 12. O Conselheiro **JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS** propõe que em toda reunião do Conselho Nacional de Saúde haja um relatório sobre a IX Conferência Nacional de Saúde. Aprovado por consenso. O Conselheiro **JOSÉ DA SILVA GUEDES** propõe que a Pauta da próxima reunião seja composta de todos temas que não puderam ser discutidos nessa 1ª reunião, acrescentando-se a discussão e aprovação do Regimento Interno (como primeiro ponto de pauta) e as Comissões Permanentes e a Comissão para o Sistema Único de Saúde. Aprovada a sugestão do Conselheiro. O Conselheiro **IVAN DE MOURA FÉ** levanta a questão de suplentes para os Conselheiros. O Secretário do Conselho Nacional de Saúde informa que nem as **Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90** nem o **Decreto nº 99.438/90** prevêem suplentes. O Secretário Substituto do Conselho levanta uma questão urgente que diz respeito ao credenciamento dos Centros de Pesquisa em Seres Humanos, pelo Conselho Nacional de Saúde. É uma atribuição do Conselho Nacional de Saúde e existem vários pedidos esperando análise e aprovação do Conselho. Vários Conselheiros discutem a questão, entre os quais **JOSÉ DA SILVA GUEDES, MOZART DE ABREU E LIMA, ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JÚNIOR, HARRI GRAEFF, IVAN DE MOURA FÉ, STELA BARROS**, com observadores e esclarecimentos do Doutor **JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA** e **SYLVAIN NAHUM LEVY**, Secretário e Secretário Substituto do Conselho Nacional de Saúde, respectivamente. É aprovado pelo Plenário uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde, para ser enviada ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido que sejam suspensos os credenciamentos de Centros de Pesquisa em Seres Humanos, pelo Conselho Nacional de Saúde, até que este Conselho estude e analise as normas e diretrizes para essas pesquisas e defina uma nova política para tal. É que os Centros já credenciados sejam comunicados que haverá uma reavaliação dos credenciamentos. O Senhor Secretário do Conselho, Doutor **JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA** encerra a reunião. FIM.